

31º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

António Carlos do Rosário volta a dizer que emails fornecidos ao Ministério Público foram falsificados

- Ao sétimo dia da audição de António Carlos do Rosário, o Ministério Público iniciou o interrogatório questionando que relação o réu tem com a Mabassa Hotel, empresa gestora de um empreendimento hoteleiro na Cidade de Tete. Em resposta, António Carlos do Rosário disse que não tem nenhuma relação directa com a Mabassa Hotel e acrescentou que é uma empresa propriedade da Txopela Investments.



Confrontado com o contrato promessa de compra e venda de benfeitorias (muro de vedação e dependência) localizadas no terreno de Chingodzi, Cidade de Tete, onde está implantado o Mabassa Hotel, no valor de 750 mil meticais, o reu confirmou ter transmitido a titularidade em Novembro de 2013, mas não se lembrava se tinha ou não recebido o dinheiro da transacção.

E o Ministério Público perguntou, então, se o reu transmitiu a titularidade das benfeitorias em Novembro de 2013, porquê razão em 2014 continuava a discutir com o arquitecto Mahomed Fiki da construtora Walid Construções Lda questões relacionadas com a construção do hotel. Essa informação foi extraída de emails fornecidos ao Ministério Público pela Walid Construções, mas o reu reiterou que nunca recebeu tal correspondência. “Esses documentos foram martelados, não tenho outra expressão para descrever isso”.

Da carta rogatória expedida pelas autoridades da Argélia constam dois emails enviados por António Carlos do Rosário para uma senhora de nome Kaisse Salé, no dia 24 de Fevereiro de 2015, abordando a recepção das chaves do Mabassa Hotel. Mais uma vez, os emails foram entregues pelo senhor Fiki, da Walid Construções. “Não é verdade. À data dos factos eu não tratava assuntos do hotel. E pelo que consta da carta, significa que o senhor Fiki já não está em Moçambique. Quer dizer, a pessoa sai do País e começa a enviar coisas. Que venha aqui explicar. Isto é um martelamento. Estes emails são falsos”.

O Ministério Público questionou o reu se o empresário Fiki tinha alguma razão para falsificar emails para o prejudicar, ao que António Carlos do Rosário reagiu nos seguintes termos: “Ele sempre pensou que o hotel fosse meu e exigia-me dinheiro em falta. Mas eu já dito a ele que não era dono do hotel, eu fui intermediário. Mas agora começo a acreditar que por não ter agido como ele queria, tenha o dado motivos para alegar o que hoje alega”.

Consta dos autos que António Carlos do Rosário é proprietário de um projecto de edifício multifuncional no Bairro Belo Horizonte (hotel, lojas e centro de conferências), Município de Boane. O reu terá assinado com o empreiteiro Walid Construções o contrato de construção do edifício multifuncional no valor de 1.550.000 dólares. Para o pagamento da primeira fase do projecto, o reu usou 1.175.000 dólares do total dos mais de três milhões



de dólares transferidos pelo grupo Privinvest. “Não sou titular da propriedade de Boane e a prova disso está nos autos. Inicialmente eu era titular do DUAT, mas depois cedi à Txopela Investments. Foi esta empresa que contratou a Walid Construções para construir o edifício”.

À pergunta por quanto vendeu as benfeitorias implantadas na parcela de Belo Horizonte, o reu respondeu que não se recordava do preço. “Ainda não recebi o dinheiro porque os empreendimentos não geraram receitas. Os empreendimentos estão parados, ainda não foram concluídos”. Em relação às benfeitorias implantadas no terreno localizado em Tete, o reu também disse que ainda não recebeu o valor acordado: 750 mil meticais. Questionado por que é que a Txopela só comprava as suas benfeitorias, o reu explicou o seguinte: “Eles estavam à procura de espaços para investir e eu tinha parcelas que coincidiam com os seus interesses”.

O Ministério Público disse que a empresa Txopela Investments recebeu mais de dois milhões de euros transferidos pelo grupo Privinvest no interesse de António Carlos do Rosário. Parte do valor foi usado na compra de imóveis num condomínio localizado no Zimpeto, próximo à Universidade Joaquim Chissano, registados

em nome da Indico Property, empresa de António Carlos do Rosário. Mas o Ministério Público não foi a tempo colocar questões relacionadas com esta matéria porque o juiz interrompeu a sessão para um intervalo de 45 minutos. Depois do intervalo, às 16h00, iniciou o registo em acta das respostas do reu António Carlos do Rosário, um exercício que terminou um pouco depois das 18h00.

E porque a sessão de quinta-feira foi até às 1h40 da madrugada de sexta-feira, António Carlos do Rosário tinha solicitado, antes do início do interrogatório, que a sessão de ontem não se prolongasse para além de oito horas. “Hoje não estou em condições de ficar aqui até à madrugada. Não descansei o suficiente ontem. O meu médico recomendou que hoje devia descansar um pouco cedo. A minha posição é diferente de todos os intervenientes processuais: ficar aqui a ser interrogado durante 16 horas não é fácil”. O juiz Efigénio Baptista deu razão ao reu e prometeu encerrar a audição às 19h00. E foi o que aconteceu: os trabalhos foram interrompidos muito antes das 19h00, devendo a audição retomar na segunda-feira, 31º dia do julgamento do escândalo das “dívidas ocultas” e 8º dia de audição do antigo Director Nacional da Inteligência Económica do SISE.



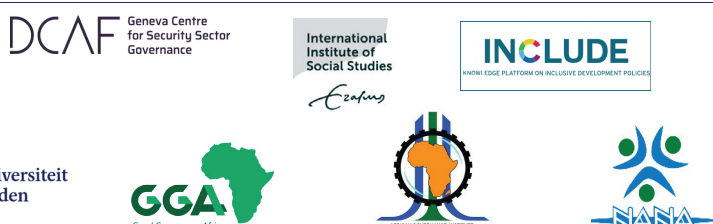
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER



FINANCING PARTNERS

